



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PRESIDENTA, SUBSTANTIVO FEMININO: UMA BREVE RECONSTRUÇÃO
HISTÓRICA DAS MULHERES NA POLÍTICA

Lorene Barbosa Louvem

Rio de Janeiro

2017

LORENE BARBOSA LOUVEM

PRESIDENTA, SUBSTANTIVO FEMININO: UMA BREVE RECONSTRUÇÃO
HISTÓRICA DAS MULHERES NA POLÍTICA

Artigo apresentado como exigência de
conclusão de Curso de Pós-Graduação em
Direito e Gênero da Escola da Magistratura
do Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro

2017

PRESIDENTA, SUBSTANTIVO FEMININO: UMA BREVE RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DAS MULHERES NA POLÍTICA

Lorene Barbosa Louvem

Graduada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Advogada.

Resumo – O trabalho preocupa-se em discutir a introdução da mulher na política, desde a busca pelo direito ao voto, através do movimento sufragista, até a eleição da primeira mulher à presidência da República, passando pelo enfrentamento à ditadura militar e a inclusão de direitos na Constituição através do Lobby do Batom.

Palavras chaves- Direito e Gênero. Sufragismo. Ditadura militar. Lobby do Batom. Impeachment.

Sumário – Introdução. 1- Abrindo caminhos: As sufragistas e a luta pelo voto feminino. 2 – As pioneiras: as primeiras mulheres a assumirem cargos políticos. 3 – Política paralela: as mulheres no combate à ditadura militar. 4 - Política, substantivo feminino – do pós-ditadura a primeira mulher na presidência do Brasil. Conclusão. Referências Bibliográficas.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar a trajetória da mulher na política esse movimento. A pesquisa também demonstrará as barreiras e resistências existentes até hoje no caminho da mulher rumo ao pleno acesso às esferas de poder e como estas são contornadas e combatidas.

O trabalho mostrará, no primeiro capítulo, denominado “Abrindo caminhos – as sufragistas e a luta pelo voto feminino”, como se deu a luta pelo voto das mulheres brasileiras, as inspirações internacionais do movimento e as pioneiras nos principais cargos políticos do país.

Já no segundo capítulo, batizado de “Política paralela – a atuação das mulheres no combate à ditadura militar”, será mostrado como atuavam as mulheres que se opunham ao regime militar e como se relacionavam com a segunda onda do feminismo. Procurou-se observar também a resistência dos próprios pares dentro da atuação, demonstrando como a quebra de expectativa sobre a imagem feminina atingia tanto homens progressistas quanto conservadores.

O terceiro capítulo, chamado de “Presidenta, substantivo feminino – do pós-ditadura a primeira mulher na presidência do Brasil” ilustrará como foi o caminho da mulher na política brasileira desde os anos 80 até os dias atuais, a luta pela inclusão dos direitos das mulheres na Constituição Federal de 1988 e a trajetória da ex-presidenta Dilma Rousseff, desde sua atuação como militante contra o regime militar até a sua eleição como a primeira mulher a ocupar a presidência do Brasil. Também serão analisados o impacto causado pelo seu mandato e a visível misoginia que ocorreu em seu processo de impeachment.

A metodologia utilizada para a feitura do trabalho consta de pesquisa bibliográfica, buscando na legislação, nas obras sobre o tema e em material jornalístico uma forma de reproduzir um quadro tão complexo quanto a esfera política brasileira e como se deu a entrada e permanência da mulher. O artigo conta também com material de metodologia empírica, tendo como fonte a entrevista realizada pela autora com Jandira Feghali, deputada federal, via e-mail.

1. ABRINDO CAMINHOS – AS SUFRAGISTAS E A LUTA PELO VOTO FEMININO

A teoria feminista liberal, matriz do movimento sufragista mundial, é definida como aquela que luta, basicamente, pela igualdade entre os gêneros e pela autonomia destes. Essa teoria tem sua origem ainda na Revolução Francesa¹, sendo, assim, a primeira fagulha sobre uma discussão que se estendeu, e ainda se estende, por séculos.

Sua primeira expoente é Olympe de Gouges², pseudônimo de Marie Gouze, uma pequeno-burguesa que se envolve na Revolução Francesa quando chega a Paris. Olympe, de início, apoia e colabora com o movimento revolucionário, porém, logo se desencanta, ao constatar que os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade eram restritos apenas aos homens. Sentindo-se traída com a exclusão de metade da população francesa das tão almejadas ideias, Olympe escreve sua célebre obra *A Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, em resposta à *Declaração dos Direitos do Homem e de Cidadão*, documento nascido da Revolução. Por essa e por outras obras com igual conteúdo e questionamentos, Olympe é

¹ NYE, Andrea. *Teoria feminista e as filosofias do homem*. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1995. P. 27

² *Olympe de Gouges: as mulheres e a revolução*. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/nec/olympede-gouges-mulheres-e-revolucao>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

guilhotinada em 1793, pelos mesmos homens com quem inicialmente partilhava ideais por uma sociedade mais justa e igualitária.

Ainda no século XVIII, Mary Wollstonecraft escreve o seu *A Vindication of the Rights of Woman*³, em que afirma que as mulheres, diferentemente do que se pensava à época, não eram inferiores aos homens, mas que, por sua educação, não detinham o mesmo preparo para a vida pública.

Já no século XIX, o grande foco do feminismo liberal passa a ser o direito ao voto. Também baseadas em ideais liberais de igualdade entre os cidadãos, as mulheres reivindicavam os direitos políticos que já eram conferidos há muito aos homens, pois já começavam, como eles, a ocupar os bancos escolares. O núcleo mais importante dessa luta, que só resultaria em resultados práticos no século seguinte, foi a Inglaterra, onde suas partidárias eram chamadas de *suffragettes*. Ao conquistarem, em 1918, o direito ao voto, essas mulheres inspiraram diversas outras pelo mundo, incluindo Bertha Lutz, expoente do movimento pelo sufrágio feminino no Brasil.

Embora Lutz tenha sido o nome mais famoso da luta pelo voto feminino no país, as bases do movimento foram lançadas bem antes.

A busca pelo voto feminino pode ser vista como a materialização da tomada de consciência por parte das mulheres de que seus direitos eram tão indisponíveis quanto os dos homens e que não deviam ser encarados como meros privilégios cedidos caprichosamente pela classe dominante, ainda que seja frequente esse tipo de abordagem histórica. Conforme afirma Branca Moreira Alves em *Ideologia e Feminismo – a luta da mulher pelo voto no Brasil*:

(...) a historiografia brasileira, se e quando se refere ao decreto de 1932 ou à Constituição de 1934 concedendo o sufrágio feminino, geralmente silencia sobre o movimento, deixando crer que as mulheres se tornaram eleitoras por uma dádiva generosa e espontânea, sem que tivessem lutado ou demonstrado qualquer interesse por este direito.⁴

A partir dessa ideia, surgem associações com o objetivo de emancipar e capacitar a mulher para a vida pública, já que o lugar destinado às mulheres era (e ainda é) o encerramento nos lares.

³ *Mary Wollstonecraft Biography*. Disponível em: <<http://www.biography.com/people/mary-wollstonecraft-9535967#early-life-and-first-works>>. Acesso em 19 dez. 2016.

⁴ ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Ed. Vozes, Petrópolis. 1980. P. 13.

A escritora potiguar Nísia Floresta⁵ inaugura, ainda na década de 1830, uma escola revolucionária para as meninas. A educação feminina, naquele tempo, limitava-se a oferecer aulas de boas maneiras e cuidados com o lar. A escola de Nísia, no entanto, oferecia às alunas aulas de ciências naturais e sociais, matemática, línguas e artes, permitindo que a formada buscasse outros horizontes, que não o doméstico, com a conclusão do curso.

Nísia Floresta Brasileira Augusta, codinome de Dionísia Gonçalves Pinto, que possuía laços de amizade com Anita e Giuseppe Garibaldi e se correspondia com Auguste Comte, também engrossou os filões abolicionistas e republicanos. Ela travou uma luta feroz pela educação feminina e, por essa razão, era frequentemente atacada, tanto por sua pedagogia revolucionária quanto por sua vida pessoal.

Outro expoente do ainda embrionário movimento pelo sufrágio feminino foi Leolinda Daltro, também professora e nordestina. Leolinda nasceu em 1859, na Bahia, e saiu de lá aos 24 anos, com destino ao Rio de Janeiro, onde veio tentar melhores condições de vida. Na capital federal, tentou implementar um projeto inovador para a época. Inspirada em ideais positivistas, Daltro desejava iniciar uma educação laica para os índios, que, naquele momento, sofriam com a catequização e consequente aculturação ou com a tentativa de sua total eliminação. O projeto de educação não vingou, mas Daltro se dedicou a ele até 1911, com o auxílio de alguns políticos influentes da época, como José do Patrocínio, Hermes da Fonseca e Pinheiro Machado.

Esses apoiadores foram essenciais para a visibilidade do movimento pelo voto das mulheres, causa pela qual Leolinda também se dedicaria. Em 1909, Leolinda funda a Junta Feminil Pró-Hermes, em apoio ao candidato à presidência da República Hermes da Fonseca⁶. A Junta, posteriormente rebatizada de Partido Republicano Feminino (PRF), foi um dos primeiros passos para a emancipação da mulher na vida pública brasileira. Até esse momento, a ausência da mulher na esfera política era entendida não como exclusão, mas proteção do sexo feminino e de sua delicada estrutura física e mental.

Em 1848, com o advento do voto universal, ou seja, não censitário, na França, ficou evidente a divisão sexual que se estabelecia entre os indivíduos. Iniciam-se, então, os movimentos pela inclusão da mulher no rol de votantes. Entretanto, logo que começaram a

⁵ Nísia Floresta Brasileira Augusta: o feminismo revolucionário do século XIX. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Cultura/Nisia-Floresta-Brasileira-Augusta-o-feminismo-revolucionario-no-seculo-XIX/39/33582>>. Acesso em 17 ago. 2016.

⁶ KARAWEJCZYK. Mônica. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo “pátrio” de Leolinda Figueiredo Daltro. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 40, n. 1, p. 64-84, jan.-jun. 2014. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/viewFile/15391/12462>>. Acesso em: 12 set. 2016.

pleitear seus direitos ao voto, as mulheres foram cerceadas com afirmativas que não serviriam para a vida pública que e deveriam se contentar com a vida segura e amena da esfera privada.

A ideia do voto feminino, portanto, chega ao Brasil tão logo o país se torna uma república, no final do século XIX. As mulheres brasileiras, assim como as francesas, foram também privadas dos seus direitos políticos sob os mesmos argumentos.

A Constituição Brasileira de 1891, em seu artigo 70, afirma que “São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei.”. Não havia, portanto, qualquer impedimento expresso contra o voto exercido pelas mulheres. Na época da edição, houve o debate sobre a inclusão do voto feminino e a proposta foi considerada inconstitucional inúmeras vezes, porém nunca constou no texto uma proibição explícita. Essa lacuna na lei seria utilizada mais tarde para que grupos pró-voto feminino pleiteassem o alistamento das mulheres.

O programa do PRF, publicado no Diário Oficial de 17 de dezembro de 1910, afirmava que pretendia “congregar a mulher brasileira na capital federal e em todos os Estados do Brasil, promovendo a cooperação entre as mulheres na defesa das causas relativas ao progresso pátrio” e “pugnar para que sejam consideradas extensivas às mulheres as disposições constitucionais da República dos Estados Unidos do Brasil, desse modo incorporando-a na sociedade brasileira”⁷. Um dos principais objetivos do partido era justamente estender às mulheres os direitos constitucionalmente garantidos, incluindo o voto. Dessa forma, o PRF trouxe ao debate a questão da mulher votante após 20 anos da edição da Constituição Brasileira vigente no período.

A inspiração do PRF no movimento sufragista inglês era evidente, por seu caráter mais combativo e físico. As filiadas ao partido dispunham de seus próprios corpos enquanto instrumento político, o que gerava estranhamento e escândalo na sociedade do início do século XX. Os jornais da época noticiavam os protestos do grupo inglês, enfatizando as ações mais radicais, e o criticavam, ao mesmo tempo em que apelidavam Leolinda de Miss Pankhurst brasileira.

Para evitar críticas ao partido, Leolinda e suas companheiras decidiram refundá-lo, em 1914, com um caráter mais ameno e com outras propostas que não apenas o voto, sem, no

⁷ DIÁRIO Oficial, 1910, p. 47, *apud* KARAJEWICZYK. Mônica. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo “pátrio” de Leolinda Figueiredo Daltro. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 40, n. 1, p. 64-84, jan.-jun. 2014. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/viewFile/15391/12462>>. Acesso em: 12 set. 2016.

entanto, abandoná-lo. Para divulgar suas ideias, o partido contava com o jornal A Tribuna Feminina.

O PRF contou com aliados importantes na sua fundação, tais como o político gaúcho Pinheiro Machado, que teria sugerido até o nome do partido, segundo a própria Leolinda, em entrevista ao jornal A Noite, em 1934. O deputado fluminense Maurício de Lacerda também foi partidário das ideias de Daltro, incluindo-as em suas propostas na Câmara, em junho de 1917. A proposta do deputado foi considerada mais uma vez inconstitucional pela Mesa da Câmara, gerando protestos por parte das filiadas ao PRF. Dois anos mais tarde, o deputado paraense Justo Chermont apresentou novamente a proposta de estender às mulheres o direito ao voto, tendo sua demanda negada.

Em 1919, entra em cena a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, a LEIM, liderada por Bertha Lutz.

Bertha Maria Julia Lutz, filha de Adolpho Lutz, botânico de origem suíça, e de Amy Fowler, enfermeira inglesa, nasceu em 1894, em São Paulo. Foi educada na Europa e retornou ao Brasil já na juventude, formada em Biologia pela faculdade francesa de Sorbonne, para assumir o cargo de bióloga no Museu Nacional, sendo a segunda mulher a ingressar no serviço público no país, onde ficaria por 46 anos⁸.

Tendo estudado na Europa, Bertha entrou em contato com o movimento feminista europeu, notadamente com o movimento sufragista inglês, de onde veio sua inspiração para organizar as mulheres brasileiras em torno do mesmo ideal.

Funda, em 1919, a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher (LEIM), que daria origem, posteriormente, à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino⁹ (1922), sendo eleita sua presidente.

A FBPF lutava pelo sufrágio feminino, mas também possuía outras bandeiras, entre as quais a instrução da mulher, a proteção à mulher trabalhadora, às mães e à infância. Entretanto, por sua estrutura fechada e hierarquizada, a entidade não era composta por mulheres pobres e trabalhadoras, apesar de defendê-las.

A FBPF organiza, em 1922, a I Conferência pelo Progresso Feminino, liderada por Bertha. A Conferência pretendia discutir, além de outros temas, o sufrágio feminino e foi bem sucedida nesse sentido, ganhando espaço na imprensa e angariando simpatia na sociedade e

⁸ PORTAL Brasil. *Bertha Lutz*. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/04/bertha-lutz>>. Acesso em: 14 set. 2016.

⁹ CENTRO de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea (CPDOC - FGV). *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FEDERA%C3%87%C3%83O%20BRASILEIRA%20PELO%20PROGRESSO%20FEMININO.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2016.

de algumas entidades, como o IAB (Instituto dos Advogados Brasileiros). Entretanto, não teve força suficiente para fazer a pressão necessária no Legislativo, onde a maioria era contra a pauta.

A FBFP obteve sua primeira vitória apenas em 1927, quando o Estado do Rio Grande do Norte retirou as barreiras contra o voto feminino de sua Constituição Estadual. Entretanto, os votos das mulheres foram considerados nulos, o que inflamou ainda mais os ânimos das sufragistas. Vários núcleos despontaram em diversos Estados do país, como Minas Gerais, Pernambuco e Alagoas, fortalecendo a luta. Em 1928 há uma vitória decisiva, com a eleição de Luíza Alzira Soriano para a Prefeitura de Lajes (RN), tomando posse em 1929.

Apesar da vitória histórica de Alzira, o direito ao voto, ainda facultativo, somente foi reconhecido nacionalmente em 1932, com a edição do novo Código Eleitoral, pelo presidente Getúlio Vargas. A partir desse momento, a FBFP vai se esvaindo progressivamente, até encerrar completamente as atividades em 10 de novembro 1937, com a instauração do Estado Novo.

Bertha Lutz participou, juntamente com Nathercia Silveira (ex-integrante da FBFP e fundadora da ANM – Aliança Nacional de Mulheres), da Assembleia Constituinte, que consagrou como constitucional não apenas o voto feminino, mas a igualdade política entre homens e mulheres¹⁰.

Em 1936 começa então a carreira política de Bertha, que concorre ao cargo de deputada e se elege como primeira suplente pela Liga Eleitoral Independente, assumindo o cargo com a morte do deputado Cândido Pereira. Em sua atuação, defende os direitos das mulheres trabalhadoras e das crianças e adolescentes, propondo e votando medidas como a licença maternidade de três meses, e a redução da jornada de trabalho, então, de 13 horas.

No ano seguinte, com a instauração do regime do Estado Novo e com o fechamento das Casas Legislativas, a carreira de Bertha é encerrada. Entretanto, ela permanece no serviço público, onde ficaria até 1964, se aposentando como chefe de Botânica do Museu Nacional. Em uma de suas últimas aparições públicas, Bertha integra a delegação brasileira na I Congresso Internacional da Mulher, realizado no México, em 1975. Bertha Lutz falece em setembro de 1976, como o principal expoente pela luta dos direitos das mulheres no Brasil.

¹⁰ COSTA, Cida. *Bertha Lutz, uma história de lutas e conquistas de direitos da mulher no Brasil*. Disponível em : <<http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/bertha-lutz-uma-historia-de-luta-conquistas-de-direitos-da-mulher-no-brasil-20102421>>>. Acesso em: 15 set. 2016.

Com a adesão do país à II Guerra Mundial, ao lado dos aliados, a política do Estado Novo, com inspiração fascista, é enfraquecida e Getúlio Vargas é deposto em 1945. Há, então, a convocação de uma nova Assembleia Constituinte, para a elaboração de uma Constituição mais democrática e alinhada aos novos ideais sociais.

Essa nova Constituinte, porém, não contou com a colaboração de nenhuma mulher em nenhuma das bancadas¹¹, ao contrário da última Assembleia.

Cabe ressaltar aqui a diferença entre os textos dos artigos que demonstram a igualdade de cada Carta Constitucional, onde nota-se uma sutil mudança:

“Art 113 - A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à subsistência, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

1) Todos são iguais perante a lei. Não haverá privilégios, nem distinções, por motivo de nascimento, sexo, raça, profissões próprias ou dos pais, classe social, riqueza, crenças religiosas ou idéias políticas.”¹²

“Art 141 - A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, a segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 1º Todos são iguais perante a lei.”¹³

No texto de 1934, que foi elaborado por uma Assembleia que contava com a presença feminina, o texto era específico ao mencionar os quesitos, enumerando por quais motivos os cidadãos não seriam discriminados. Já o texto da Constituição de 1946, mais enxuto, não contou com nenhuma mulher em sua elaboração.

As primeiras mulheres a exercerem cargos políticos eletivos no país foram pioneiras de seu tempo, entretanto, algumas informações, seja pelo decurso do tempo, seja pelo apagamento histórico, são desconstruídas, como os dados encontrados sobre a primeira mulher a exercer a vereança no Brasil, que são controversos. Algumas fontes dão conta de que a primeira vereadora brasileira foi Raymunda de Menezes Vasconcellos Dias, natural de Itacoatiara (AM), eleita em 02 de setembro de 1935 e empossada no dia 20 de dezembro do mesmo ano. Raymunda assumiu no ano seguinte a Presidência da Câmara através de um

¹¹ BRAGA, Sérgio Soares. *Quem foi quem na Assembléia Nacional Constituinte de 1946 : um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946* — Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998.

¹² BRASIL. Constituição Federal de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 16 nov. 2016.

¹³ BRASIL. Constituição Federal de 1946. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em: 16 nov. 2016.

impedimento do vereador titular, sendo eleita para o cargo no ano de 1937, quando seu mandato teve fim, com o advento do Estado Novo¹⁴.

Entretanto, outras fontes ainda apontam o nome de Maria Felizarda Monteiro da Silva, capixaba de Muqui, como a primeira mulher a exercer o cargo de vereadora. Conhecida como Neném Alves, a professora de música é apontada entre os candidatos do PSD (Partido Social Democrático) ao pleito de 1935 e figura, posteriormente, entre os componentes da Câmara. Seu mandato, assim como o de Raymunda, também foi interrompido com o fechamento das Câmaras Municipais pela política do Estado Novo.¹⁵

Já a primeira prefeita eleita no país é a potiguar Alzira Soriano, supramencionada, que exerceu seu primeiro e único mandato na cidade de Lages, quando o direito ao voto ainda não era uma realidade para as brasileiras de todo o país. O tempo de Alzira a frente da prefeitura da cidade foi pequeno, já que não concordava com o governo do recém-empossado presidente Getúlio Vargas, o que a levou a perder o posto. Alzira somente voltaria à vida pública em 1945, no cargo de vereadora¹⁶.

A primeira governadora foi a acreana Iolanda de Lima dos Reis Fleming. Apoiada por seu grupo familiar, Iolanda já ocupava o cargo de deputada estadual quando concorreu em 1982 como vice-governadora na chapa de Nabor Junior, sendo eleita para o próximo pleito. Já em 1986, o governador decidiu concorrer nas próximas eleições ao cargo de senador, tendo que abandonar o governo e deixando Iolanda como a primeira mulher a assumir o governo de um Estado¹⁷.

A primeira deputada estadual foi Maria do Céu Fernandes, natural do Rio Grande do Norte. Sua atuação política começa com a fundação do jornal Galvanópolis, em Currais Novos, sua cidade natal. Sempre advogando pela causa feminina, Maria encontra resistência com seus posicionamentos, mas ainda assim consegue se eleger como deputada estadual no

¹⁴ CHAVES, Frank. *A primeira vereadora do Brasil*. Disponível em: <<https://frankchaves-ita.blogspot.com.br/2014/07/a-primeira-vereadora-do-brasil.html>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

¹⁵ SILVA, Sullivan. *Capixaba, a primeira vereadora do Brasil entrou para a história na Câmara de Muqui*. Disponível em: <<http://novo.gazetaonline.com.br/especiais/capixapedia/2016/09/capixaba-a-primeira-vereadora-do-brasil-entrou-para-a-historia-na-camara-de-muqui-1013981678.html>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

¹⁶ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Semana da mulher: primeira prefeita eleita no Brasil foi a potiguar Alzira Soriano*. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Marco/semana-da-mulher-primeira-prefeita-eleita-no-brasil-foi-a-potiguar-alzira-solano>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

¹⁷ CENTRO de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC – FGV). *Iolanda de Lima Reis Fleming*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/iolanda-de-lima-reis-fleming>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

ano de 1934, assumindo a cadeira no ano seguinte. Em 1937, perde seu cargo com a instauração do Estado Novo¹⁸.

Já a primeira deputada federal foi a médica Carlota Pereira de Queiroz, do estado de São Paulo. Sua atuação ainda na Revolução Constitucionalista de 1932 a projetou na atuação pública, garantindo-lhe uma vaga como a única deputada constituinte em 1934. É de sua autoria o primeiro projeto de criação de serviços sociais. Sua atuação se estende até 1937, com o advento da política do Estado Novo¹⁹.

A primeira mulher a ocupar uma cadeira no Senado Federal o fez ainda no período imperial. Princesa Isabel, considerada a primeira senadora brasileira, conseguiu o título por direito dinástico, de acordo com o art. 46 da Constituição Imperial de 1824:

Art. 46. Os Príncipes da Casa Imperial são Senadores por Direito, e terão assento no Senado, logo que chegarem á idade de vinte e cinco annos.²⁰

A ocupação do cargo por uma mulher, entretanto, era matéria bastante controvertida, dividindo os pensadores da época. Enquanto alguns opinavam que, por ser mulher, a Princesa era naturalmente inapta e que o dispositivo somente se aplicava aos Príncipes, outros defendiam que, como futura Monarca do país, a filha do então Imperador poderia ocupar a vaga.²¹

Já na República, coube a Eunice Michilles o título de primeira senadora eleita. Concorrendo como suplente, a senadora amazonense assume o posto após a morte de João Bosco, o titular da cadeira.²² A ex-senadora afirma em entrevista que foi bem recebida pelos colegas, mas que eles não a consideravam como um par:

Quando eu entrei no Senado, fui ‘muito bem recebida’, com flores, poesias - muita badalação. Mas percebi o seguinte: (para os congressistas) eu não era uma colega que estava chegando. Era uma senhora, uma dama.

¹⁸ FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO. *Maria do Céu Fernandes, a primeira deputada*. Disponível em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria_extraordinaria_de_cultura/DOC/DOC00000000106226.PDF>. Acesso em: 21 mar. 2017.

¹⁹ CENTRO de Pesquisa e Documentação Histórica do Brasil Contemporâneo (CPDOC – FGV). *Carlota Pereira de Queirós*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/carlota_pereira_de_queiros>. Acesso em: 21 mar. 2017.

²⁰ Brasil. Constituição Imperial de 1824. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>>. Acesso em: 21/11/2016.

²¹ AGÊNCIA SENADO. *Princesa Isabel, a Primeira Senadora*. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/eleicoes-2014/videos/como-o-brasil-votava-princesa-isabel-a-primeira>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

²² IDOETA, Paula Adamo. *'Não tinha nem banheiro feminino', diz primeira mulher no Senado*. Disponível em <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/10/131007_mulheres_senadora_pai>. Acesso em: 21 nov. 2016

Era aquela história do homem que abre porta para a mulher. Mas não havia aquele sentimento de que eu era uma colega (com quem eles) iam trabalhar junto. Não era de igual para igual.

Em 2010, setenta e oito anos após a conquista do voto feminino nacional, é eleita a primeira mulher a ocupar a presidência da República, Dilma Rousseff. Sua atuação e seu mandato serão analisados em capítulo posterior.

2. POLÍTICA PARALELA – A ATUAÇÃO DAS MULHERES NO COMBATE À DITADURA MILITAR

O movimento feminista assume outras bandeiras, notadamente nos anos 60. É nesse contexto também que surgem as divisões no movimento, que passa a ter um caráter bem mais heterogêneo. É inaugurada a segunda onda do feminismo: os temas se diversificam, abordando o ingresso da mulher no mercado de trabalho, a sexualidade feminina, a relação entre a raça e o gênero, a violência doméstica. Diante desse quadro complexo, surgem os questionamentos dentro do próprio movimento feminista: A mera igualdade de direitos basta? Que igualdade é buscada, a formal ou a material? Que grupo é o paradigma de igualdade a ser alcançado?

Com esse aprofundamento, há a divisão do movimento feminista em diversas correntes: o feminismo liberal, o feminismo marxista, o feminismo radical, o feminismo interseccional, entre outros.

No Brasil, essas correntes e a própria difusão e consolidação dos ideais feministas²³ chegam num momento de interrupção da democracia. Com o golpe militar instaurado em 1964, os direitos políticos foram mitigados e o processo eleitoral não mais existia. Na política tradicional, as mulheres foram excluídas e relegadas apenas ao papel de primeiras damas, com função meramente decorativa ou até mesmo nula. Entretanto, no movimento de combate ao regime, a presença das mulheres é evidente e marcante, contribuindo para que fossem discutidos e incorporados temas das agendas feministas internacionais e para a ressignificação da posição da mulher na sociedade.

²³ SARTI, Cynthia A. *O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido*. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Sarti.pdf>>. Acesso em: 17 mai. 2017. p.3.

À medida que o regime endurecia, mais se exigia das mulheres que abandonassem os papéis tradicionais de passividade e mansidão e se inserissem em um contexto duro de luta, tanto política, dentro dos próprios partidos, como a armada.

Conforme afirma Cynthia Sarti, “a presença das mulheres na luta armada implicava não apenas se insurgir contra a ordem política vigente, mas representou uma profunda transgressão com o que era designado à época para a mulher.”²⁴

Esse choque entre o ideal feminino e a realidade da situação da mulher era sentido não apenas entre os setores mais tradicionais, mas entre os próprios companheiros de luta. Mesmo os homens de esquerda rechaçavam o movimento sob a acusação de ser “burguês” e de desviar a atenção de questões tidas como mais urgentes, como a dissolução do capitalismo, além da mal disfarçada aversão à alteração da identidade feminina:

O feminismo foi se expandindo dentro deste quadro geral de mobilizações diferenciadas. (...) Para a esquerda, [era] reformismo burguês e para muitos homens e mulheres, independentemente de sua ideologia, feminismo tinha uma conotação anti-feminina. A imagem feminismo versus feminino repercutiu inclusive internamente ao movimento, dividindo seus grupos como denominações excludentes.²⁵

Enfrentando preconceitos e os eventuais choques, diversas mulheres ingressaram na resistência ao regime e, posteriormente, em conflitos armados contra agentes do Estado, seja na cidade, seja no campo. A presença feminina era forte, ainda que menos expressiva do que a masculina, mas isso não impedia que importantes funções não fossem partilhadas. Desde ações campais mais complexas e cursos de guerrilha até o acolhimento de outros militantes nos aparelhos²⁶ e tradução de jornais estrangeiros, as tarefas eram desempenhadas por mulheres e homens, sem distinção.²⁷ A presença feminina, porém, conferia um ar mais doméstico e afetivo dentro das organizações, segundo Glenda Mezarobba, uma das coordenadoras do grupo Ditadura e Gênero: “Era preciso que houvesse uma mulher em cada esconderijo, para manter a aparência de uma casa normal”.²⁸

Após o período ditatorial, algumas ingressariam para a política institucional mais tarde, através do cargo de deputadas, vereadoras e até mesmo como presidenta. Outras

²⁴ Ibidem. p. 3.

²⁵ Ibidem. p. 6.

²⁶ Locais de reunião e abrigo dos militantes.

²⁷ SANCHES, Mariana. *Os testemunhos das mulheres que ousaram combater a Ditadura Militar*. Disponível em: <<http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2013/09/os-testemunho-das-mulheres-que-ousaram-combater-ditadura-militar.html>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

²⁸ Ver nota 19.

escolheram vias diversas, retornando à vida civil nas mais variadas ocupações. Há um grupo, porém, que não resistiu às degradações perpetradas pelo regime.

É importante notar como o tratamento dado aos eventuais presos políticos possuía forte viés de gênero. Todos passavam por torturas e tratamentos humilhantes, mas as mulheres, além disso, lidavam com torturas envolvendo familiares próximos, como filhos.

Eleonora Menicucci de Oliveira, futura Ministra do governo Dilma²⁹ e participante do movimento de resistência à época, relata que, além da tortura física, também sofria psicologicamente ao ver sua filha, com menos de 2 anos de idade, ser testemunha do tratamento desumano ao qual era submetida:

Em uma pequena sala de tortura na OBAN, um torturador de nome Manguabeira conhecido como 'Gaeta', submetia-me as mais diferentes formas de tortura desde as psicológicas como 'sua filha vai sumir' até as de ordem físicas como o pau de arara e a cadeira do dragão. (...) De repente, abre-se a porta e entram duas crianças. Uma era minha filha de 1 ano e 10 meses, e a outra a filha do próprio torturador de 3 anos. Minha filha chorava pedindo meu colo e eu amarrada na cadeira do dragão absolutamente destituída de qualquer ação física sentia a fenda entre o meu corpo e a minha subjetividade.³⁰

Adiante, a autora explica que as torturas envolvendo familiares, ressaltando seu papel típico dentro da sociedade, eram uma reação masculina à mudança nesse paradigma, uma forma de punir a mulher por ousar sair da esfera privada:

(...) nos casos de tortura é utilizado [sic] a sua condição de mãe para submetê-la à [sic] suplícios diferenciados sexualmente. O significado simbólico deste ato inominável de tortura se articula com a questão da iminência da perda do poder masculino quando se vê frente à mulheres que desafiam o instituído.³¹

Em 1979 é iniciado o processo – lento e gradual – de abertura política, com a sanção da Lei nº 6.683/79³², a lei da anistia. Até 1986, com a abertura da Assembleia Nacional Constituinte e posteriormente, em 1989, ano das primeiras eleições presidenciais do período democrático, as mulheres inseriram-se em massa na vida pública. Entretanto, não terminaria por aí sua disputa por mais espaço na política.

²⁹ AGÊNCIA Patrícia Galvão. *Perfil de Eleonora Menicucci de Oliveira, nova ministra das Mulheres*. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2012/02/07/perfil-de-eleonora-menicucci-de-oliveira-nova-ministra-das-mulheres/>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

³⁰ DE OLIVEIRA, Eleonora Menicucci. As relações de Gênero entre pais e filhas/os na solidão da tortura: reflexão de uma experiência. *ANPOCS - XX Encontro Anual - outubro de 1996 – Caxambu*. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/20-encontro-anual-da-anpocs/gt-19/gt08-15/5372-emenicucci-as-relacoes/file>>. Acesso em: 18 mai. 2017. p. 5.

³¹ *Ibidem*. p. 11.

³² BRASIL. Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm>. Acesso em: 20 mai. 2017.

3. PRESIDENTA, SUBSTANTIVO FEMININO – DO PÓS-DITADURA A PRIMEIRA MULHER NA PRESIDÊNCIA DO BRASIL

A reabertura do país à democracia foi um período profícuo para o feminismo brasileiro. Com a volta das exiladas, o trânsito de ideias mais modernas, vindas principalmente de países mais liberais, como a França e os EUA, se intensificou e movimentou os debates acerca do projeto de país que as mulheres desejavam para si.

O movimento feminista pôde, enfim, se expandir para o público, não havendo mais o medo de ser considerado “subversivo” ou danoso à segurança nacional. As reuniões e grupos de reflexão, tão presentes no período anterior, assumiam-se agora como grupos feministas, aglutinando as participantes em um clima de euforia e troca de informações e experiências³³.

O início da década de 80 proporcionou um momento especial para o feminismo enquanto agenda política. Ausente a repressão, era possível uma maior liberdade dos grupos de se organizarem em torno de temas mais especializados, discutindo e profissionalizando as demandas. Datam dessa época importantes medidas tomadas em prol das mulheres, como a inauguração da Delegacia da Mulher, em São Paulo (1985) e a participação organizada das mulheres na Assembleia Constituinte de 1987, formando uma bancada feminina que conseguiu importantes vitórias.

A movimentação para a formação de uma bancada forte e representativa na Assembleia Constituinte começou ainda antes, em agosto de 1986, com a realização do evento “Os Direitos da Mulher para a Constituinte”, no qual foi elaborada a Carta das Mulheres. O documento foi entregue ao então presidente da Assembleia Constituinte Ulysses Guimarães e aos presidentes das demais Assembleias Legislativas pelo país, sendo seguido pelo lançamento de uma campanha pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), com o lema “Constituinte pra valer tem que ter direito da mulher”. O lobby, conhecido posteriormente como “Lobby do Batom” foi bastante bem sucedido, convertendo diversas demandas em dispositivos constitucionais, como a igualdade de direitos civis entre homem e mulher, bem como a igualdade de status no casamento, conforme pontua a ex-presidente da CNDM, Jacqueline Pitanguy.³⁴

³³ SARTI, op. cit. p. 7.

³⁴ AGÊNCIA Brasil. *Luta pelos direitos da mulher na Constituinte ficou conhecida como Lobby do Batom*. Disponível em: <<http://www.nominuto.com/noticias/brasil/luta-pelos-direitos-das-mulheres-na-constituente-ficou-conhecida-como-lobby-do-batom/12927/>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

Já em 1988, reúnem-se as Assembleias Constituintes Estaduais para elaborarem as próprias Constituições, sempre tendo como base a Carta nacional. Dentre os deputados figura a médica Jandira Feghali, atual deputada federal do Rio de Janeiro, em seu primeiro cargo eletivo.

Em entrevista à autora, a deputada conta que a experiência de ser membro de uma Assembleia Constituinte foi marcante e que houve articulação entre as mulheres presentes, tal como na elaboração da Constituição Federal. Embora nem todas possuíssem a mesma experiência com movimentos sociais ou advogassem pelos direitos femininos a princípio, a integração foi ocorrendo de forma gradual, à medida que os trabalhos avançavam³⁵.

Feghali afirma que, em razão do entendimento democrático entre os constituintes, os artigos que tratam de temas exclusivamente femininos, como o art. 294³⁶, que garante assistência integral à saúde da mulher ou o art. 33³⁷, que versa sobre o direito constitucional de assistência da mulher vítima de violência, não sofreram resistência em sua elaboração e aprovação, mas que a consolidação de tais avanços veio somente nos anos seguintes, já na atuação como deputada.

De 1988 em diante, a entrada das mulheres na carreira política foi acontecendo com maior intensidade do que vinha acontecendo até então. As mulheres foram ocupando cargos diversos ao longo desses 20 anos até que em 2010 Dilma Rousseff é eleita para ocupar o cargo mais alto do país.

Dilma Vana Rousseff, a primeira presidenta do Brasil, nasce em 14 de dezembro de 1947, na cidade de Belo Horizonte (MG). Filha do comerciante e advogado búlgaro Pedro Rousseff e da professora fluminense Dilma Jane da Silva, Dilma teve uma infância e adolescência confortáveis na capital mineira³⁸.

Aluna de um dos mais tradicionais colégios da cidade, o Sion, e pertencente à classe média alta, a rotina de Dilma era marcada por estudos de francês, piano e reuniões com as colegas de escola. A vida da jovem somente mudaria quando foi concluir seus estudos no Colégio Estadual Central, onde entrou em contato com a efervescente cena política da instituição.

Em 1965, Dilma começa a frequentar a Pensão da Odete, local de reunião dos jovens belorizontinos descontentes com o regime vigente. Lá conhece Cláudio Galeno Linhares,

³⁵ Informação fornecida por Jandira Feghali, em entrevista à autora em maio de 2017.

³⁶ RIO de Janeiro. Constituição do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.amperj.org.br/store/legislacao/constituicao/cerj.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2017.

³⁷ Ver nota 28.

³⁸ *Os tempos de Dilma no Sion*. Disponível em: <<http://istoe.com.br/81836_OS+TEMPOS+DE+DILMA+NO+SION/>>, acesso em: 21 mar. 2017.

militante já experiente, que viria a ser seu primeiro marido. Ao lado de Cláudio, Dilma se envolve ainda mais na luta contra a ditadura, ajudando-o a fundar o Colina (Comando de Libertação Nacional), grupo de combate ao regime dissidente do Polop (Política Operária), que daria origem ao VAR-Palmares³⁹, em 1967, mesmo ano em que se casa.

Os antigos colegas se recordam de Dilma como “disciplinada e diligente” nos deveres da organização. Em entrevista ao UOL, o ex-Ministro da pasta de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e atual governador de Minas Gerais Fernando Pimentel relembra que a ex-presidenta “sempre teve grande capacidade de liderança. Era aplicada, estudiosa e determinada. Sempre demonstrou coragem e inteireza moral na militância e na prisão”⁴⁰.

Logo após o casamento houve a edição do AI-5 (Ato Institucional nº5), endurecendo a ditadura e o tratamento destinado aos militantes. Diante desse quadro, Dilma e Cláudio se veem obrigados a entrar para a clandestinidade e embarcam para o Rio de Janeiro, onde o Colina se uniria à Vanguarda Popular Revolucionária e se tornaria o VAR-Palmares, em 1969.⁴¹

Nesse momento, o casamento se desfaz. Dilma permanece no Rio de Janeiro e segue depois para São Paulo, enquanto Cláudio parte para o Rio Grande do Sul. No Rio de Janeiro Dilma conhece Carlos Franklin Paixão de Araújo, seu segundo marido, com quem teria sua única filha e ficaria casada por mais de 30 anos.

Já em São Paulo, Dilma é presa, indo para o Oban (Organização Bandeirantes), sendo transferida para o Presídio Tiradentes, na capital paulista, aproximadamente 20 dias depois. Lá, entra em contato com diversas mulheres também militantes na chamada “Torre das Donzelas”, mulheres que mais tarde fariam parte de seu governo em ministérios e pastas dedicadas a políticas sociais e de eliminação de desigualdades, como Eleonora Menicucci, já citada, nomeada Ministra das Mulheres em 2012.

A prisão de Dilma dura aproximadamente dois anos e meio e, após esse período, em 1972, ela parte para o Rio Grande do Sul, uma vez que seu marido ainda cumpria pena na chamada Ilha das Flores. No Estado, Dilma retoma seus estudos, formando-se em Economia pela UFRGS. Já em 1979, ajuda no processo de redemocratização do país através da luta pela

³⁹ Comando de Libertação Nacional (COLINA) – Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea (CPDOC). Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comando-de-libertacao-nacional-colina>>, acesso em 30 mar. 2017.

⁴⁰ BRAGON, Rayder. *Como era a Dilma que lutou durante a ditadura? Companheiros da época respondem*. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/03/31/como-era-a-dilma-que-lutou-durante-a-ditadura-companheiros-da-epoca-respondem.htm>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

⁴¹ GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática. 1987.

Anistia e toma parte na fundação do PDT (Partido Democrático Trabalhista)⁴², partido do qual seria filiada até 2000, quando vai para o PT (Partido dos Trabalhadores).

Ainda no PDT, Dilma se envolve na administração pública como Secretária da Fazenda de Porto Alegre (RS), no governo de Alceu Collares. Alceu também a escolhe como Secretária de Minas, Energia e Comunicação quando assumiu o governo do estado gaúcho entre 1991 e 1994. Dilma é escolhida posteriormente para o mesmo cargo na administração de Olívio Dutra, petista, de janeiro de 1999 até novembro de 2002, quando foi convidada a tomar parte da equipe de transição do então recém-eleito presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por ter chamado a atenção com sua boa atuação ao resolver a crise de energia do estado⁴³, o que lhe rende, já no governo Lula, o cargo de Ministra de Minas e Energia.

Ainda na administração de Lula, Dilma assume a chefia da Casa Civil em 2005, tornando-se responsável pela direção de projetos estratégicos do governo federal, como o PAC⁴⁴ e sua continuação, chamada de PAC 2 (o que lhe renderia o apelido de “mãe do PAC”) e o Minha Casa, Minha Vida⁴⁵. Em abril de 2010, a então Ministra sai do governo para se candidatar à presidência do país pelo PT, o que é oficializado pelo partido em junho.

Em outubro de 2010, Dilma se elege como a primeira presidenta do Brasil, ao derrotar Geraldo Alckmin, candidato do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), no segundo turno.

É importante ressaltar que a novidade de uma mulher ocupando o cargo mais importante do país trouxe impactos tanto positivos quanto negativos. Se por um lado houve uma maior visibilidade das lutas femininas, espelhadas na figura da presidenta, por outro, o movimento de resistência a essas mudanças, também chamado de *backlash*⁴⁶, foi bastante intenso.

⁴² *Biografia da ex-presidente Dilma Rousseff*. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/presidenta/biografia>>. Acesso em: 31 mar. 2017.

⁴³ BUENO, Sérgio. *Gestão que projetou Dilma divide o Sul*. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/arquivo/846865/gestao-que-projetou-dilma-divide-o-sul>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

⁴⁴ Programa de Aceleração do Crescimento. Refere-se a um programa do governo federal, iniciado em 2007, que visa a retomada e aceleração de obras de infraestrutura em escala nacional, promovendo o desenvolvimento do país através da oferta de empregos e da geração de renda. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

⁴⁵ Programa de financiamento popular imobiliário urbano ou rural para famílias de baixa renda. O programa tem por objetivo auxiliar a obtenção do primeiro imóvel próprio através do fornecimento de subsídios ou de taxas de juros diferenciadas. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2014/04/entenda-como-funciona-o-minha-casa-minha-vida>> e <<http://www.cidades.gov.br/habitacao-cidades/programa-minha-casa-minha-vida-pmcmv/perguntas-frequentes-pmcmv>> Acesso em: 09 abr. 2017.

⁴⁶ De acordo com Susan Faludi, “*backlashes* (...) sempre surgem como reação contra o ‘progresso’ das mulheres, causados não apenas por um substrato de misoginia mas sim por esforços específicos pela melhoria de suas condições, esforços que sempre foram interpretados pelos homens - especialmente aqueles confrontados com ameaças reais ao seu bem-estar econômico e social em outros campos - como algo que iria levá-los à ruína.”

O governo Dilma assistiu, especialmente no segundo mandato, uma eclosão de manifestações com pautas feministas, trazidas principalmente por movimentos oriundos da militância virtual. Muitos desses movimentos questionavam justamente a postura distante e até mesmo conservadora da presidenta em certos assuntos de interesse das mulheres, como a legalização do aborto. Em 2010, antes do pleito presidencial, a então candidata dirigiu uma carta aos religiosos, afirmando sua posição contrária ao procedimento e se comprometendo a não lutar por sua legalização⁴⁷.

Mesmo diante da epidemia do vírus da zika, que assolou o país entre 2015 e 2016, o governo não alterou sua posição. O fato de já estar fragilizado e buscando por apoio em um congresso com uma marca profundamente conservadora⁴⁸ pode ter pesado contra o governo da primeira mulher a presidir o país, mas não afasta o fato de que as políticas públicas em favor da mulher poderiam ter sido mais consistentes em seus sete anos à frente do cargo de maior relevância do Poder Executivo, conforme afirmam ativistas e estudiosas da questão de gênero.

Leila Linhares Barsted, advogada e coordenadora-executiva da Cepia (Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação) afirma, em entrevista à Revista Marie Claire em setembro de 2016 que: “houve uma timidez do governo Dilma em não enfrentar a bancada fundamentalista do Congresso na discussão dos direitos sexuais e reprodutivos”⁴⁹, embora reconheça que houve avanços no governo, como a edição da EC nº 72⁵⁰, conhecida popularmente como “EC das Domésticas”, a aprovação da inclusão do inciso VI, §2º no art. 121 do Código Penal, tipificando o crime de feminicídio⁵¹ e a criação do Ministério das

FALUDI, Susan. *Backlash: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres*. Tradução de Mario Fondelli, Rio de Janeiro: Rocco, 2001 – (Gênero Plural) P. 18.

⁴⁷ PIRES, Carol. *Em carta, Dilma assina compromisso contra o aborto*. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,em-carta-dilma-assina-compromisso-contra-o-aborto,625257>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

⁴⁸ SOUZA, Nivaldo e CARAM, Bernardo. *Congresso eleito é o mais conservador desde 1964, afirma Diap*. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap,1572528>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

⁴⁹ CARASCO, Daniela. *“As mulheres estão sumindo do poder”, dizem feministas*. Disponível em: <<http://revistamarieclaire.globo.com/Noticias/noticia/2016/09/mulheres-sumiram-do-poder-dizem-feministas.html>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

⁵⁰ A Emenda Constitucional nº 72 conferiu maiores direitos aos empregados domésticos, tais como o recebimento de seguro-desemprego, o recebimento pelas horas extras trabalhadas e adicional noturno. BRASIL, Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm>. Acesso em: 10 abr. 2017.

⁵¹ Homicídio qualificado contra a mulher por razões da condição do sexo feminino. BRASIL, Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 10 abr. 2017.

Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, através da Lei 13.266/16⁵².

Dilma conclui seu mandato em 2014 e, após uma eleição bastante disputada, se reelege como presidenta para o período de 2014-2018. Entretanto, seu mandato é interrompido em 2016, após um tumultuado e polêmico processo de impeachment, que culmina com o seu afastamento definitivo no fim de agosto do mesmo ano⁵³.

É importante pontuar como a condução do processo de impedimento da presidenta contou com fortes marcas de preconceito de gênero. Seja nas manifestações organizadas pela sociedade civil, seja pelos comentários anônimos que grassavam nas caixas de comentários dos portais de notícias, em nenhum momento Dilma escapou de ser julgada com mais rigor por ser mulher.

É possível notar, nas variadas reações emanadas pela população descontente, diversas marcas de gênero que acompanham os discursos feministas. As falas e ações da ex-presidenta foram alvo de *gaslighting* e *mansplaining*⁵⁴, *bropropriating*⁵⁵ e ódio e misoginia puros, reações que também são comuns às falas femininas, independentemente de serem proferidos na esfera pública ou privada.

O *gaslighting* e o *mansplaining* buscavam desqualificar as falas da ex-presidenta através da ideia de que ela não teria capacidade para gerir o país e apontar seus erros baseando-se unicamente em seu gênero. Já o *bropropriating* questiona a autoria de seus atos assertivos ou a energia de seus posicionamentos, ao atribuí-los a outro homem, já que, por ser mulher, não teria capacidade para isso⁵⁶.

⁵² Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/base-legal-de-governo/orgaos-extintos/das-mulheres-da-igualdade-racial-e-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

⁵³ Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

⁵⁴ De acordo com o site Think Olga, *gaslighting* pode ser explicado como “(...) um meio de manipulação psicológica, que leva a mulher e todos que estão ao seu redor acharem que ela enlouqueceu ou que é incapaz”. Já *mansplaining* é a junção das palavras inglesas “man” e “explain”, indicando a postura masculina de oferecer explicações de maneira simplória ou condescendente sobre assuntos que a mulher domina, por considerá-la menos capaz de compreender. Em diversas ocasiões, os opositores referem-se a Dilma como “louca”, “demente” ou “idiota”. THINK Olga. *O machismo também mora nos detalhes*. Disponível em: <<http://thinkolga.com/2015/04/09/o-machismo-tambem-mora-nos-detalhes/>>. Acesso em: 21 mai. 2017.

⁵⁵ O site Think Olga conceitua *bropropriating* como “(...) uma junção de *bro* (curto para brother, irmão, mano) e *appropriating* (apropriação) e se refere a quando um homem se apropria da ideia de uma mulher e leva o crédito por ela (...)”. Essa atitude era muito comum quando tentavam associar Dilma ao seu antecessor e padrinho político, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

⁵⁶ STOCKER, Pâmela Caroline; DALMASO, Silvana Copetti. Uma questão de gênero: ofensas de leitores à Dilma Rousseff no Facebook da Folha. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 24(3): 398, setembro-dezembro/2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2016000300679&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 21 mai. 2017.

Além disso, imagens infelizes⁵⁷ e xingamentos misóginos passaram a fazer parte das manifestações políticas, evidenciando o ressentimento de que o cargo mais alto do país fosse ocupado por uma mulher.

CONCLUSÃO

Ao fim do artigo, pode-se concluir que os avanços obtidos ao longo de todo o século XX e princípio do século XXI não foram suficientes para que a mulher conseguisse a tão desejada paridade entre gêneros na política. Isso se deve, principalmente, ao panorama social e moral em que ainda estamos inseridos.

Apenas garantir direitos iguais na esfera pública não garantiu às mulheres, por exemplo, igual representação nos cargos eletivos ou a mesma facilidade para alcançar os mesmos postos de comando nas empresas, pois o contexto social permanece o mesmo. Ainda se espera que as mulheres cumpram primeiramente seus deveres domésticos e somente depois que ocupem o espaço público, que não sejam agressivas na competição com os homens e que permaneçam em papéis subordinados ou de cuidado, como assistentes e vices.

Nem mesmo a eleição de uma mulher para a presidência foi capaz de eliminar o ranço machista e misógeno que recobre a política no Brasil, visto que seu mandato foi abreviado em função de uma acusação frágil e por manifestações que apenas demonstravam a inconformidade de ver uma mulher performando um papel de poder de forma forte e assertiva.

Portanto, para que haja uma mudança efetiva na distribuição do poder institucional do país, é necessário que haja um massivo investimento na educação política, uma educação que se preocupe em formar cidadãos e, principalmente, cidadãs conscientes de que seus direitos não virão sem muita luta e disputa nas mais variadas esferas, seja na política institucional, na academia ou na rua.

É necessário também que a população votante feminina confie mais nas próprias mulheres, fortalecendo lideranças e incentivando cada vez mulheres a se engajarem nesses

⁵⁷ AGÊNCIA Senado. *Adesivo que simula Dilma de pernas abertas será investigado por parlamentares*. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2015-07-07/adesivo-que-simula-dilma-de-pernas-sera-investigado-por-parlamentares.html>>. Acesso em: 21 mai. 2017.

papéis. Dessa forma, é possível vislumbrar um futuro em que a palavra mulher também inclua a palavra “política” como definição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA Brasil. *Luta pelos direitos da mulher na Constituinte ficou conhecida como Lobby do Batom*. Disponível em: <<http://www.nominuto.com/noticias/brasil/luta-pelos-direitos-das-mulheres-na-constituente-ficou-conhecida-como-lobby-do-batom/12927/>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

AGÊNCIA Patrícia Galvão. *Perfil de Eleonora Menicucci de Oliveira, nova ministra das Mulheres*. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2012/02/07/perfil-de-eleonora-menicucci-de-oliveira-nova-ministra-das-mulheres/>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

AGÊNCIA Senado. *Princesa Isabel, a Primeira Senadora*. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/eleicoes-2014/videos/como-o-brasil-votava-princesa-isabel-a-primeira>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

_____. *Adesivo que simula Dilma de pernas abertas será investigado por parlamentares*. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2015-07-07/adesivo-que-simula-dilma-de-pernas-sera-investigado-por-parlamentares.html>>. Acesso em: 21 mai. 2017.

ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Ed. Vozes, Petrópolis. 1980.

AZEVEDO, Solange. *Os tempos de Dilma no Sion*. Disponível em: <http://istoe.com.br/81836_OS+TEMPOS+DE+DILMA+NO+SION/>. Acesso em: 21 mar. 2017.

BIBLIOTECA da Presidência da República. *Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos*. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/base-legal-de-governo/orgaos-extintos/das-mulheres-da-igualdade-racial-e-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

BRAGA, Sérgio Soares. *Quem foi quem na Assembléia Nacional Constituinte de 1946 : um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946 — Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998*.

BRAGON, Rayder. *Como era a Dilma que lutou durante a ditadura? Companheiros da época respondem*. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/03/31/como-era-a-dilma-que-lutou-durante-a-ditadura-companheiros-da-epoca-respondem.htm>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

BRASIL. *Constituição Imperial de 1824*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 21 nov. 2016.

_____. *Constituição Federal de 1934*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 16 nov. 2016.

_____. *Constituição Federal de 1946*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em: 16 nov. 2016.

_____. *Código Penal*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. *Emenda Constitucional nº 72*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm>. Acesso em: 10 abr. 2017.

BRITTO, Rafaella. *Nísia Floresta, a primeira feminista brasileira*. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2014/08/nisia-floresta-a-primeira-feminista-brasileira/>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

BUENO, Sérgio. *Gestão que projetou Dilma divide o Sul*. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/arquivo/846865/gestao-que-projetou-dilma-divide-o-sul>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

CAMPOI, Isabela Candeloro. *O livro “Direitos das mulheres e Injustiça dos homens” de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742011000200010&script=sci_arttext>. Acesso em: 17 ago. 2016.

CARASCO, Daniela. *“As mulheres estão sumindo do poder”, dizem feministas*. Disponível em: <<http://revistamarieclaire.globo.com/Noticias/noticia/2016/09/mulheres-sumiram-do-poder-dizem-feministas.html>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

CENTRO de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea (CPDOC - FGV). *Comando de Libertação Nacional (COLINA)*. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comando-de-libertacao-nacional-colina>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

_____. *Iolanda de Lima Reis Fleming*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/iolanda-de-lima-reis-fleming>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

_____. *Carlota Pereira de Queirós*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/carlota_pereira_de_queiros>. Acesso em: 21 mar. 2017.

_____. *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FEDERA%C3%87%C3%83O%20BRASILEIRA%20PELO%20PROGRESSO%20FEMININO.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2016.

CHAVES, Frank. *A Primeira vereadora do Brasil*. Disponível em: <<https://frankchaves-ita.blogspot.com.br/2014/07/a-primeira-vereadora-do-brasil.html>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

COSTA, Cida. *Bertha Lutz, uma história de lutas e conquistas de direitos da mulher no Brasil*. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/bertha-lutz-uma-historia-de-luta-conquistas-de-direitos-da-mulher-no-brasil-20102421>>. Acesso em: 15 set. 2016.

CYFER, Ingrid. Liberalismo e Feminismo: igualdade de gênero em Carole Pateman e Martha Nussbaum. *Revista de Sociologia Política*. V. 18. Nº. 36: 135-146. Curitiba, junho de 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/09.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2016.

DE OLIVEIRA, Eleonora Menicucci. As relações de Gênero entre pais e filhas/os na solidão da tortura: reflexão de uma experiência. *ANPOCS - XX Encontro Anual - outubro de 1996 – Caxambu*. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/20-encontro-anual-da-anpocs/gt-19/gt08-15/5372-emenicucci-as-relacoes/file>>. Acesso em: 18 mai. 2017.

DIÁRIO Oficial, 1910, p. 47, *apud* KARAWEJCZYK. Mônica. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo “pátrio” de Leolinda Figueiredo Daltro. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 40, n. 1, p. 64-84, jan.-jun. 2014. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/viewFile/15391/12462>>. Acesso em: 12 set. 2016.

FALUDI, Susan. *Backlash: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres*. Tradução de Mario Fondelli, Rio de Janeiro: Rocco, 2001 – (Gênero Plural).

FEGHALI, Jandira. Entrevista concedida à autora em maio de 2017.

FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO. *Maria do Céu Fernandes, a primeira deputada*. Disponível em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria_extraordinaria_de_cultura/DOC/DOC00000000010106226.PDF>. Acesso em: 21 mar. 2017.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática. 1987.

IDOETA, Paula Adamo. *'Não tinha nem banheiro feminino', diz primeira mulher no Senado*. Disponível em <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/10/131007_mulheres_senadora_pai>. Acesso em: 21 nov. 2016

KARAWEJCZYK. Mônica. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo “pátrio” de Leolinda Figueiredo Daltro. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 40, n. 1, p. 64-84, jan.-jun. 2014. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/viewFile/15391/12462>>. Acesso em: 12 set. 2016.

MARY Wollstonecraft Biography. Disponível em: <<http://www.biography.com/people/mary-wollstonecraft-9535967#early-life-and-first-works>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

MINISTÉRIO do Planejamento. *Sobre o PAC*. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

NYE, Andrea. *Teoria feminista e as filosofias do homem*. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1995.

PIRES, Carol. *Em carta, Dilma assina compromisso contra o aborto*. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,em-carta-dilma-assina-compromisso-contra-o-aborto,625257>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

PORTAL Brasil. *Bertha Lutz*. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/04/bertha-lutz>>. Acesso: em 14 set. 2016.

_____. *Entenda como funciona o Minha Casa Minha Vida*. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2014/04/entenda-como-funciona-o-minha-casa-minha-vida>>. Acesso: em 09 abr. 2017.

PORTAL do Planalto. *Biografia da ex-presidente Dilma Rousseff*. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/presidenta/biografia>>. Acesso em: 31 mar. 2017.

RIO de Janeiro. Constituição do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.amperj.org.br/store/legislacao/constituicao/cerj.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2017.

SANCHES, Mariana. *Os testemunhos das mulheres que ousaram combater a Ditadura Militar*. Disponível em: <<http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2013/09/os-testemunho-das-mulheres-que-ousaram-combater-ditadura-militar.html>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

SARTI, Cynthia A. *O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido*. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Sarti.pdf>>. Acesso em: 17 mai. 2017.

SECRETARIA Nacional de Habitação. *Perguntas Frequentes PMCMV*. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/habitacao-cidades/programa-minha-casa-minha-vida-pmcmv/perguntas-frequentes-pmcmv>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

SENADO Notícias. *Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil*. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

SILVA, Alain Tremont; NUNES, Pedro Henrique. *Olympe de Gouges: as mulheres e a revolução*. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/nec/olymp-de-gouges-mulheres-e-revolucao>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

SILVA, Sullivan. *Capixaba, a primeira vereadora do Brasil entrou para a história na Câmara de Muqui*. Disponível em: <<http://novo.gazetaonline.com.br/especiais/capixapedia/2016/09/capixaba-a-primeira>>

vereadora-do-brasil-entrou-para-a-historia-na-camara-de-muqui-1013981678.html>. Acesso em: 19 mar. 2017.

SOUZA, Nivaldo e CARAM, Bernardo. *Congresso eleito é o mais conservador desde 1964, afirma Diap*. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap,1572528>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

STOCKER, Pâmela Caroline; DALMASO, Silvana Copetti. Uma questão de gênero: ofensas de leitores à Dilma Rousseff no Facebook da Folha. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 24(3): 398, setembro-dezembro/2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2016000300679&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 21 mai. 2017.

TELÉSFORO, João. *Nísia Floresta Brasileira Augusta: o feminismo revolucionário no século XIX*. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Cultura/Nisia-Floresta-Brasileira-Augusta-o-feminismo-revolucionario-no-seculo-XIX/39/33582>> Acesso em: 17 ago. 2016.

THINK Olga. *O machismo também mora nos detalhes*. Disponível em: <<http://thinkolga.com/2015/04/09/o-machismo-tambem-mora-nos-detalhes/>>. Acesso em: 21 mai. 2017.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Semana da mulher: primeira prefeita eleita no Brasil foi a potiguar Alzira Soriano*. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Marco/semana-da-mulher-primeira-prefeita-eleita-no-brasil-foi-a-potiguar-alzira-solano>>. Acesso em: 19 mar. 2017.